



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI  
IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE  
PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Ao receber este caderno, confira atentamente se ele contém 40 (quarenta) questões objetivas e 4 (quatro) questões discursivas, corretamente ordenadas.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as medidas cabíveis.
3. O cartão resposta deve ser preenchido com caneta preta, sendo vedada a rasura ou qualquer sinal que identifique o candidato.
4. Não haverá troca do cartão de resposta em nenhuma hipótese.
5. Não é permitido o uso de qualquer material de consulta.
6. Durante a prova, não se comunique com outro candidato, nem saia da sala sem autorização do fiscal de sala.
7. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo de identificação do candidato e de preenchimento de cartão resposta.
8. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do processo seletivo, poderá entregar o cartão-resposta, devidamente assinado, a folha de respostas da prova discursiva e retirar-se do recinto.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, e após o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova, com a assinatura de cada um.
10. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções ou na folha de resposta poderá implicar a anulação da prova

**BOA PROVA!**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1. São fundamentos da República Federativa do Brasil, expressamente previstos como tais na Constituição da República Brasileira, EXCETO:**

- a) a soberania;
- b) a cidadania;
- c) a dignidade da pessoa humana;
- d) a autodeterminação dos povos;
- e) o pluralismo político.

**2. São direitos fundamentais, expressamente previstos como tais na Constituição da República Brasileira:**

- a) o direito à vida;
- b) o direito à liberdade;
- c) o direito à propriedade;
- d) o direito à igualdade;
- e) todos os direitos acima são direitos fundamentais expressamente previstos como tais na Constituição da República Brasileira.

**3. Considerando o rol de direitos fundamentais positivado no artigo 5º da Constituição da República Brasileira, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil;
- b) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- c) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- d) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

e) o direito à liberdade de expressão é absoluto, não admitindo restrição em qualquer hipótese.

**4. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:**

- a) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário;
- b) teto salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;
- c) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;
- d) repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos;
- e) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um sexto a mais do que o salário normal.

**5. São privativos de brasileiro nato os cargos, EXCETO:**

- a) de Presidente e Vice-Presidente da República;
- b) de Governador e Vice-Governador dos Estados Membros da Federação;
- c) de oficial das Forças Armadas;
- d) da carreira diplomática;
- e) de Ministro de Estado da Defesa.

**6. O alistamento eleitoral e o voto são OBRIGATÓRIOS para:**

- a) os analfabetos;
- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezoito anos;
- d) os maiores de dezesseis;
- e) os menores de dezoito anos.

**7. São matérias sobre as quais compete privativamente à União legislar, EXCETO:**

- a) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

- b) desapropriação;
- c) orçamento;
- d) trânsito e transporte;
- e) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

**8. Considerando a classificação (tipologia) aplicável às Constituições, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) quanto à origem: a Constituição da República Federativa do Brasil é outorgada;
- b) quanto à forma: a Constituição da República Federativa do Brasil é consuetudinária;
- c) quanto ao modo de elaboração: a Constituição da República Federativa do Brasil é Histórica;
- d) quanto à extensão: a Constituição da República Federativa do Brasil é sintética;
- e) quanto à alterabilidade: a Constituição da República Federativa do Brasil é rígida.

**9. Sobre o poder constituinte, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) o poder constituinte originário é inicial, mas limitado juridicamente pelos limites positivados no direito anterior;
- b) o processo legislativo de reforma constitucional do Estado-membro integra o *poder constituinte* derivado decorrente e, por conseguinte, retira sua força da Constituição Federal;
- c) no exercício do legítimo *poder constituinte* derivado reformador, o Congresso Nacional pode alterar o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal;
- d) o poder constituinte originário, ou inicial, é aquele que instaura uma nova ordem jurídica;

- e) o poder constituinte derivado decorrente instituidor é responsável pela elaboração das Constituições Estaduais.

**10. Considerando o entendimento doutrinário consolidado sobre a classificação das normas constitucionais, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) as normas constitucionais de *eficácia plena* e aplicabilidade imediata não estão condicionadas à atuação do legislador ordinário;
- b) as normas constitucionais de eficácia contida dependem de norma infraconstitucional regulamentadora para produzir todos os seus efeitos;
- c) as normas constitucionais de eficácia limitada têm aplicabilidade direta e imediata, mas admitem a redução da sua abrangência pela legislação infraconstitucional;
- d) ao positivizar no artigo 2º da Constituição da República Federativa do Brasil que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, o constituinte originário instituiu verdadeiro exemplo de norma constitucional de eficácia contida;
- e) as normas constitucionais de eficácia limitada não produzem qualquer efeito, nem mesmo para fins revogação das regras preexistentes que lhes sejam contrárias.

**11. Em relação aos municípios, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) o Município rege-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que terá natureza de Constituição Municipal;
- b) compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

- c) compete exclusivamente aos municípios legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;
- d) cabe aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.
- e) editar diretrizes da política nacional de transportes.

**12. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, EXCETO quando:**

- a) deixar de ser paga, mesmo que em função de motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;
- b) forem prestadas contas devidas, na forma da lei;
- c) tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;
- d) o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial;
- e) necessário à manutenção da integridade nacional.

**13. Sobre a Administração Pública, analise as assertivas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa CORRETA:**

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

- a) apenas a alternativa I está correta;
- b) apenas as alternativas I e II estão corretas;
- c) apenas a alternativa II está correta;
- d) todas as alternativas acima estão corretas;
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

**14. Acerca do processo legislativo, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, vinte por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
- b) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um sexto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- c) a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio;
- d) a emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República;
- e) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.

**15. Podem propor Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade, EXCETO:**

- a) o Presidente da República;
- b) o Prefeito de capital de Estado;
- c) a Mesa da Câmara dos Deputados;



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

- d) o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- e) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**16. Sobre organização administrativa, é correto afirmar que:**

- a) desconcentração administrativa é a distribuição interna de competências de um ente federativo, criando, para tanto, órgãos específicos para o exercício de dada atribuição.
- b) descentralização administrativa é a distribuição interna de competências de um ente federativo, criando, para tanto, órgãos específicos para o exercício de dada atribuição.
- c) na desconcentração administrativa há a criação de novas pessoas jurídicas;
- d) órgãos têm natureza jurídica de pessoa jurídica de direito público.
- e) na desconcentração administrativa nunca há a criação de novas pessoas jurídicas.

**17. Sobre estrutura administrativa, é correto afirmar que:**

- a) as autarquias não têm personalidade jurídica própria.
- b) as empresas públicas são órgãos da administração direta.
- c) a sociedade de economia mista é pessoa jurídica de direito público.
- d) a empresa pública é entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- e) entidades são órgãos públicos que exercem atividade econômica.

**19. São princípios que regem a atuação da Administração Pública, esculpidos no artigo 37, caput, da Constituição da**

**República Federativa do Brasil, EXCETO:**

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da moralidade.
- c) Princípio da publicidade.
- d) Princípio da preferência.
- e) Princípio da impessoalidade.

**20. Acerca da responsabilidade civil do Estado, conforme dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, é CORRETO afirmar que:**

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo do causador.
- c) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não respondem pelos danos que seus agentes causarem.
- d) Em razão do princípio da legalidade, lei municipal pode dispensar o Município de responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.
- e) O Município é civilmente responsável por qualquer dano que seus agentes causarem a terceiros, independentemente das circunstâncias.

**21. Poder de polícia é a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

**abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Sobre o tema, é CORRETO afirmar que:**

- a) é exercido exclusivamente pela União.
- b) o Município não tem poder de polícia.
- c) o exercício do poder de polícia só pode se dar de forma repressiva, e não preventiva.
- d) considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- e) Os atos administrativos editados com base no poder de polícia não podem ser objeto de controle pelo Poder Judiciário.

**22. Sobre processo administrativo, assinale a alternativa INCORRETA abaixo:**

- a) o interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
- b) o processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- c) quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem

conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

- d) são capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- e) a Administração pode se abster de decidir em certos processos administrativos, uma vez que não existe dever de decidir.

**22. Sobre os poderes administrativos, é incorreto afirmar que:**

- a) há excesso de poder quando a atuação do agente público extrapola a competência delimitada na norma.
- b) são espécies de poderes administrativos o poder incondicional, o poder regulamentar, o poder de polícia, o poder disciplinar e o poder hierárquico.
- c) o poder disciplinar é a prerrogativa reconhecida à Administração para investigar e punir, após o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa.
- d) há desvio de poder quando a atuação do agente pretende alcançar finalidade diversa do interesse público.
- e) são exemplos da campo de atuação do poder de polícia a polícia de costumes, sanitária, ambiental, edilícia e de segurança.

**23. Apesar das características comuns, as empresas públicas e as sociedades de economia mista apresentam algumas diferenças. Sobre o tema, é INCORRETO afirmar que:**

- a) nas empresas públicas, apenas as pessoas administrativas participam da



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

formação do capital, enquanto o capital das sociedades de economia mista é formado por capital público e privado.

b) as empresas públicas podem ser revestidas por qualquer forma societária admitida em direito, enquanto as sociedades de economia mista são sociedades anônima.

c) compete à Justiça Federal processar e julgar as empresas públicas federais.

d) as empresas públicas tem natureza jurídica de pessoa jurídica de direito público.

e) as sociedades de economia mista integram a Administração Indireta.

**24. Ato administrativo é a manifestação de vontade da Administração Pública e de seus delegatários, no exercício da função delegada, que, sob o regime de direito público, pretende produzir efeitos jurídicos com o objetivo de implementar o interesse público. Sobre o tema, é CORRETO afirmar que:**

a) são requisitos do ato administrativo: agente competente, forma, finalidade, motivação e objeto.

b) a finalidade do ato administrativo relaciona-se com o atendimento do interesse privado consagrado no ordenamento jurídico.

c) o mérito administrativo é a liberdade conferida pelo legislador ao agente público para exercer o juízo de ponderação dos motivos e escolher os objetos dos atos discricionários.

d) na revogação de atos administrativos não é necessário observar o princípio de simetria das formas.

e) motivo é a fundamentação do fato que justifica a edição do ato administrativo.

**25. São atributos dos atos administrativos, EXCETO:**

a) presunção de legitimidade.

b) presunção de veracidade.

c) autoexecutoriedade.

d) imperatividade.

e) objetividade.

**26. Sobre as formas de extinção dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:**

a) o ato administrativo extingue-se apenas quando há manifestação expressa, por escrito, da administração.

b) o ato administrativo extingue-se naturalmente quando produz seus efeitos ou no advento do prazo nele estipulado.

c) a extinção subjetiva é o desfazimento do ato administrativo pelo desaparecimento do beneficiário.

d) a extinção objetiva ocorre quando desaparece o objeto da relação jurídica.

e) a anulação é a invalidação do ato administrativo editado em desconformidade com a ordem jurídica.

**27. Sobre os agentes públicos, é CORRETO afirmar que:**

a) os agentes públicos são responsáveis pela manifestação de vontade do Estado e pelo exercício da função pública, que pode ser remunerada ou gratuita; definitiva ou temporária; com ou sem vínculo formal com o Estado.

b) um agente público jamais será regido pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

c) a única forma de se tornar agente público é através de concurso público.

d) os empregados públicos não são considerados agentes públicos.

e) apenas brasileiros natos poderão ser agentes públicos.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

**28 Acerca do regime constitucional dos agentes públicos, é INCORRETO afirmar que:**

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- d) a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos em qualquer hipótese.

**29. Sobre a responsabilidade civil do Estado, é CORRETO afirmar que:**

- a) a responsabilidade civil do Estado não admite excludentes do nexo de causalidade.
- b) a responsabilidade subjetiva prevista no artigo 37, §6º da CRFB alcança as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos.

- c) o Estado não tem responsabilidade no caso de omissão estatal.
- d) é possível a responsabilização civil do Estado por ato lícito.
- e) a responsabilidade civil do Estado é vinculada à responsabilidade administrativa e penal.

**30 Processo administrativo é a relação jurídica que envolve uma sucessão dinâmica e encadeada de atos instrumentais para a obtenção da decisão administrativa. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) a competência para legislar sobre processo administrativo é privativa da União.
- b) o contraditório e a ampla defesa, em regra, não se aplicam ao processo administrativo, mas apenas ao judicial.
- c) apenas os servidores efetivos e estáveis podem se manifestar em processos administrativos.
- d) em razão do princípio da oficialidade, a Administração pode instaurar e impulsionar, de ofício, o processo administrativo até a decisão final, independentemente de provocação de qualquer interessado.
- e) no processo administrativo vigora o princípio da verdade formal, isto é, a análise do processo se restringe às versões e às provas apresentadas pelos interessados.

**DIREITO CIVIL e PROCESSO CIVIL**

**31. Em 2019, o proprietário de uma casa outorgou em favor de seu único sobrinho o usufruto vitalício sobre ela, sendo o ato averbado junto à matrícula do imóvel. Um ano depois, houve cessão do usufruto por título gratuito a um amigo, sendo formalizado contrato escrito e pelo prazo de**





**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

seis meses. Vencido o prazo, o imóvel foi restituído, retomando-se o exercício normal do usufruto. Em novembro de 2021, falece o nu-proprietário, e seu único herdeiro, irmão do falecido, exige que o imóvel seja desocupado pelo usufrutuário.

Diante da situação descrita, assinale a opção que apresenta a solução **CORRETA** para o caso.

- a) O usufruto é personalíssimo e não pode ser cedido em qualquer hipótese.
- b) A cessão é permitida, sendo vedada apenas a alienação, havendo extinção apenas com a morte do usufrutuário.
- c) A morte do nu-proprietário extinguiu o usufruto e o imóvel deve ser devolvido.
- d) Sendo o usufruto espécie de direito pessoal, sua cessão a título gratuito ou oneroso é permitida pelo ordenamento jurídico.
- e) Pode o usufrutuário alienar o direito de usufruto a qualquer tempo, eis que personalíssimo.

**32. Acerca da aplicação da desconsideração da personalidade jurídica da sociedade empresária, analise as afirmativas a seguir.**

I. Na falência da sociedade empresária, a desconsideração só poderá ser decretada antes do encerramento da arrecadação.

II. A desconsideração da personalidade jurídica implica na dissolução compulsória da sociedade.

III. Em caso de desvio de finalidade, o juiz poderá decretar a desconsideração da personalidade jurídica para estender os efeitos de obrigações assumidas pela sociedade aos sócios.

IV. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser requerida tanto na petição inicial como no curso do processo, quando será processada por incidente.

Considerando as afirmativas acima:

- a) Apenas I e III são corretas.
- b) I, II e IV estão corretas.
- c) III e IV estão corretas.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

**33. Em relação à capacidade de direito, é **CORRETO** afirmar:**

- a) Só se adquire após o registro do nascimento
- b) É exclusiva das pessoas jurídicas
- c) Pode ser afastada por ato judicial, como, por exemplo, a interdição
- d) Confere poderes de exercício
- e) É atribuída a todas as pessoas em geral

**34. Sobre o contrato de compra e venda, é **CORRETO** afirmar:**

- a) Não pode ter por objeto coisa futura, mas apenas atual.
- b) É possível deixar ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço
- c) Tratando-se de bem móvel, conclui-se com a tradição, correndo por conta do vendedor os riscos até que esta se consume.
- d) O preço não pode ser fixado por terceiro designado pelas partes.
- e) É ilícita a compra e venda entre cônjuges.

**35. Em relação à mora no Direito Civil, é **INCORRETO** afirmar:**

- a) Nas obrigações decorrentes de ato ilícito, a mora ocorre desde a prática do fato.
- b) O devedor responde apenas por juros e multa, se prevista, não respondendo por outros prejuízos que sua mora vier a causar.
- c) Não havendo fato ou omissão imputável ao devedor, não incorre este em mora.
- d) Não havendo termo, a mora se constitui por interpelação do credor.
- e) Se a prestação, devido a mora, se tornar inútil, pode o credor enjeitá-la.

**36. Sobre a prescrição, analise as afirmativas abaixo:**

- I- Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue pela prescrição;
- II- Na constância da sociedade conjugal não corre prescrição entre os cônjuges.
- III- Não corre prescrição quando pendente condição resolutiva.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

IV- O protesto do título em cartório extrajudicial é capaz de suspender a prescrição

V- A prescrição interrompida contra o devedor principal prejudica o fiador.

- a) Todas estão corretas
- b) Apenas I e II estão corretas
- c) Apenas a III está incorreta
- d) Apenas I, II e V estão corretas
- e) Apenas a IV está correta

**37. Segundo o CPC, serão representados em juízo, ativa e passivamente:**

- a) A União, diretamente pelo Presidente da República
- b) O Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores e assistentes comissionados
- c) O Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada;
- d) O Espólio, pelo herdeiro mais idoso;
- e) A Massa Falida, pelo síndico.

**38. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Realizada a citação o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
- b) Os litisconsortes, ainda que casados, que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.
- c) É possível o ajuizamento de ação de indenização por acidente de trânsito pela vítima diretamente contra a seguradora do outro veículo envolvido.
- d) Nas ações de fornecimento de medicamentos, em razão da solidariedade entre a União, os Estados e os Municípios, é necessário o chamamento ao processo dos demais entes federativos em qualquer ação.
- e) Nas causas que a Fazenda Pública for parte, os honorários, ainda que o valor da causa ou benefício econômico seja superior a cem mil salários-mínimos, não poderão ser arbitrados em percentual inferior a 10%.

**39. Segundo as normas e princípios contidos no Código de Processo Civil, analise as afirmativas a seguir:**

**I.** A preclusão temporal, que consiste na perda da faculdade ou direito processual pelo seu não exercício no momento oportuno, não depende de declaração judicial.

**II.** Por força do princípio da instrumentalidade das formas, quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

**III.** A citação válida interrompe a prescrição, ainda quando ordenada por juízo incompetente.

**IV.** O indeferimento da petição inicial é decisão judicial que impede o prosseguimento do feito, devendo o juiz conceder oportunidade de emenda antes do indeferimento.

Estão corretas:

- a) Apenas a II;
- b) Apenas III e IV
- c) Apenas I e III
- d) Apenas III e IV
- e) Apenas I, II e IV

**40. No decorrer do processo em que JOÃO PEDRO move ação contra MIGUEL, reivindicando a propriedade de um iate, ocorre a alienação deste bem, após a citação, de MIGUEL para ALISSON, diante da iminente derrota no processo.**

**Acerca dos efeitos jurídicos da venda:**

- a) Altera a legitimidade das partes, devendo ser ALISSON ser chamado a integrar o polo passivo, independente de concordância entre as partes.
- b) Os efeitos da sentença alcançarão o adquirente do bem.
- c) A nulidade da alienação será declarada de ofício pelo juiz.
- d) O CPC não admite qualquer forma de atuação ou intervenção do terceiro adquirente.
- e) A alienação do bem impede a composição entre as partes.



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

**QUESTÕES DISCURSIVAS**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

1) O prefeito do Município X enviou ao Poder Legislativo municipal projeto de lei que determina o fim da exigência de concurso público para a investidura nos cargos efetivos e empregos públicos municipais. Tal projeto foi aprovado pela Câmara de Vereadores, sancionado pelo prefeito e, posteriormente, promulgada a lei.

Diante do exposto, responda, fundamentadamente, aos questionamentos que seguem:

a) À luz do que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, essa lei é constitucional? Justifique. (10 pontos)

b) Uma vez identificado vício de inconstitucionalidade, caberia o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, a fim de que a referida lei venha a ser declarada inconstitucional? Justifique. (10 pontos)

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

2) José, ao se distrair olhando seu celular, colide com a traseira de uma ambulância de um hospital público municipal que estava parada aguardando o semáforo vermelho. José ingressa com pedido administrativo de ressarcimento pelo prejuízo financeiro experimentado sob o argumento de que a responsabilidade do Estado pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, é objetiva, ou seja, não há necessidade de comprovação de culpa do motorista da ambulância no caso. A pretensão de José merece ser acolhida? (20 pontos)

**DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**

3) Jorge Jesus, com base em contrato destituído de eficácia executiva, propôs, em face do Município de Cabo Azul, ação monitória na qual postula a cobrança de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Não houve oposição de embargos monitórios pelo Município, razão pela qual aplicou o juiz o disposto no artigo 701, §2º, CPC. Intimada a cumprir a sentença, a Fazenda Pública impugnou a execução do título, afirmando sua ineficácia. (10 pontos)

4) José Carlos, em 01/03/2021, ajuizou ação de reintegração de posse com pedido de tutela antecipada em face de Paulo Cesar, alegando que este último invadira um imóvel de sua propriedade de 210 metros quadrados, situado em área urbana. O juiz deferiu, antes mesmo de ouvir o réu, o pedido de antecipação de tutela, determinando a expedição do mandado liminar de reintegração.

Surpreendido com o ajuizamento da ação e com a decisão proferida pelo juiz, Paulo Cesar procura você, como advogado(a), para defendê-lo na ação, sob alegação que exerce posse



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**  
**IX CONCURSO PARA ESTÁGIO FORENSE**  
**PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA**

contínua e pacífica sobre o imóvel, desde 01/02/2018, sem qualquer oposição, utilizando o bem para sua moradia, já que não possui qualquer outra propriedade imóvel, seja esta urbana ou rural. Afirma, ainda, que passou a habitar o imóvel, sem qualquer interrupção, após a morte de seu pai, que lá também residia sem qualquer turbação ou esbulho, o qual exercia posse contínua e pacífica sobre o bem desde 10/05/2013, já tendo realizado diversas benfeitorias no local durante todos esses anos.

Com base em tais fatos, na qualidade de advogado do réu, qual seria a principal matéria de defesa, com seus elementos fáticos e de direito, para obter a improcedência dos pedidos deduzidos por José Carlos na ação de reintegração de posse? (10 pontos)

**BOA PROVA!**